

# MS 35.038 Agr-ED/DF: Sustação de contratos e aplicação de medidas cautelares pelos Tribunais de Contas

rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/24



1. [Início/](#)
2. [Arquivos/](#)
3. [v. 4 n. 15 \(2020\)/](#)
4. Artigos

## MS 35.038 Agr-ED/DF: Suspension of contracts and application of precautionary measures by the Courts of Auditors

João Victor Tavares Galil Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)  <https://orcid.org/0000-0002-3090-206X>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/15.jvtg>

Palavras-chave: contratos administrativos, controle externo, sustação, Congresso Nacional, medida cautelar administrativa

### Resumo

Trata-se, o presente trabalho, de análise do julgado do Mandado de Segurança n. 35.038/DF, quando o Supremo Tribunal Federal analisou a possibilidade de imposição de medidas cautelares pelos Tribunais de Contas para garantir a eficácia das decisões de sustação aplicadas pelo Congresso Nacional, segundo norma constitucional. Apesar do trânsito em julgado ter se dado após rejeição de embargos de declaração, opta-se pela análise do mérito do caso, pela importância de seu conteúdo, para, ao final, concluir pelo parcial acerto da Corte Suprema.

### Downloads

Não há dados estatísticos.

### Biografia do Autor

João Victor Tavares Galil, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
Membro do corpo dirigente do Instituto de Direito Administrativo Sancionador  
Brasileiro – IDASAN. Advogado. E-mail: jvtgdireito@gmail.com

## Referências

---

CABRAL, Flávio Garcia. Natureza jurídica das medidas cautelares administrativas patrimoniais, p. 180/181. In: Revista de direito administrativo e infraestrutura, ano 3, n. 8, jan-mar, p. 173-201, São Paulo: RT, 2019.

GALIL, João Victor Tavares. Processo licitatório e celebração de parcerias com o terceiro setor. Rio de Janeiro: CEEJ, 2020.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Efeitos dos Vícios do Ato Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Improbidade administrativa e inversão do ônus da prova. A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional, n. 42/131-152, Ano 10, Belo Horizonte, outubro-dezembro/2010.

VILANOVA, Lourival. Estruturas lógicas e o sistema de direito positivo. São Paulo: Noeses, 2005.

VITTA, Heraldo Garcia. Apontamentos da “coação administrativa. As medidas acautelatórias do poder público. Revista TRF 3ª Região, n. 108, jul.-ago. 2011.

ISSN 2526-8120

# 15 | RDAI

outubro / dezembro 2020

REVISTA DE

## DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA

*Journal of Public Law and Infrastructure*

Publicado

2020-11-20

Edição

v. 4 n. 15 (2020)

Seção

Artigos

**##plugins.generic.recommendByAuthor.heading##**

---

João Victor Tavares Galil, Improbidade administrativa e crimes de responsabilidade: Pet. 3.240 Agr/DF, RAI | Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 3 n. 8 (2019)

Copyright (c) 2020 Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE - Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as Regras para a submissão e avaliação da RAI.